



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006334-62.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Ivonilda Aparecida Xavier e outros**  
 Requerido: **WALTER DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

1- Quanto ao crédito trabalhista mencionado na inicial, observa-se, da própria leitura desta, que trata-se de um crédito judicializado, situação que não se amolda à disciplinada pela Lei nº 6.858/80.

Nesse sentido:

*"ALVARÁ Autora que pretende levantamento integral de quantias pleiteadas pelo filho falecido em reclamação trabalhista Inaplicabilidade do art. 1º da Lei 6858/80, que não abrange créditos judiciais Pretensão de exclusão do pai do de cujus Impossibilidade, ante o disposto no art. 1829, II, do CC Decisão mantida Recurso desprovido." (TJSP, 2028045-92.2014.8.26.0000, Rel. Rui Cascaldi, 1ª Câmara de Direito Privado, j. 06/05/2014)*

Ante o exposto, REJEITO o pedido de alvará relativo a esse crédito.

2- Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os seguintes valores:

- (i) valores devidos pelos empregadores aos empregados;
- (ii) montantes das contas individuais do FGTS;
- (iii) montantes das contas individuais do PIS-PASEP;
- (iv) restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física;
- (v) **saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.**

No caso dos autos, a autora e a menor Bruna da Silva constam como dependentes junto à Previdência Social, conforme pp. 94. Os demais filhos não constam como dependentes de modo que, considerada a redação da lei, não serão beneficiados com qualquer pagamento. Dessa maneira, a autora poderá receber metade dos valores que está postulando. A outra metade deverá ser depositada em conta judicial afeta a este juízo, para oportuno levantamento pela menor,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

quando completar a maioria ou quando seja comprovada a necessidade da quantia para ser utilizada em proveito dela.

Assim, **AUTORIZO** a pessoa de IVONILDA APARECIDA XAVIER, RG 20.240.621-0 SSP/SP, CPF 085.477.588-95, a levantar metade do saldo existente na C/C 2291-6, AG. 1998 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, de titularidade do *de cujus* VALTER DA SILVA, RG 17.389.248 SSP/SP, e CPF 020.453.578-64, **servindo cópia da presente sentença, assinada judicialmente, como ALVARÁ JUDICIAL**, podendo o seu beneficiário praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento.

Serve a mesma cópia desta sentença, ainda, como **ORDEM JUDICIAL** dirigida ao preposto da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** para que, sob pena de desobediência, providencie a transferência da outra metade do saldo da mesma conta corrente acima referida, para conta judicial afeta ao presente processo.

P.R.I.

São Carlos, 20 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**